

**SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES DO ESTADO DO CEARÁ**  
**-SINCOJUST-**  
**Rua Adolfo Moreira de Carvalho, 46 – Edson Queiroz.**  
**Fortaleza – Ceará**  
**Fone/Fax (085) 3273-3300**

**CORRIGIDA**

**Ata da primeira reunião e primeira ordinária da Diretoria Executiva do Sincojust – Triênio 2009/2012**

Aos 09 (nove) dias do mês de julho do ano de 2009 (dois mil e nove), às 09h52m, na sede do Sincojust, deu-se o início da reunião da Diretoria executiva sob a presidência do Dr. Mauro Xavier, com as presenças dos seguintes diretores: **José Iraguassu Teixeira Filho** – Vice-presidente, Francisco José de Mendonça – Primeiro secretário, José Edmilson Silva de Paula – diretor financeiro, João Batista Fernandes de Sousa – diretor de formação sindical, Davi Brito Gomes Pinto – Diretor de cultura, esporte e lazer, Francisco Wagner Lima Venâncio – diretor de mobilização, divulgação e imprensa, Rodrigo Moreira do Nascimento – Diretor jurídico.

Não esteve presente a essa reunião o segundo secretário, **Frank Oliveira**, o vice-diretor de finanças, **Augusto César** e o diretor dos aposentados e pensionista, **Francisco Dutra Rocha**, todos justificaram suas ausências, o primeiro por não ter sido contactado, o segundo por encontrar-se viajando em férias e o terceiro informou que estava impossibilitado de comparecer devido a problemas de saúde, comunicado esse que foi apresentado por ocasião da discussão para aprovação desta Ata, através do diretor João Batista.

Inicialmente o Presidente Mauro Xavier pediu aos membros da diretoria que foi recentemente substituída esclarecimentos sobre a atual situação de cada pasta. Nesse momento o diretor João Batista interveio e opinou para que os dois diretores de finanças, substituinte e substituído, Edmilson de Paula e Davi Brito, respectivamente, reunissem entre si e procedessem com a passagem de encargos e posteriormente, na reunião imediata apresentasse os resultados à Diretoria, no que foi aprovado pelos demais diretores.

Retomando a palavra, o Presidente, com fulcro no que estabelece o estatuto social do Sincojust, propôs que a reunião ordinária de que trata aquela Carta fosse realizada na primeira terça-feira de cada mês com início às 14h00, nesse momento o secretário, Mendonça, interveio fazendo uma observação quanto ao quorum que exige o estatuto para início da reunião e das deliberações, esclarecendo que o atual estatuto é rígido quanto a esse item e que se não for observado poderá a administração ficar engessada; voltando a palavra ao presidente, esse propôs ainda que durante a greve dos servidores deveríamos fazer reunião extraordinária às terças-feiras a partir das 14h00, e se houver impedimento ficará para a data imediatamente que for designada.

Resolvido esse ponto, o Presidente procurou se inteirar da atual situação financeira da

entidade e falou que há necessidade de se fazer a substituição da assessoria jurídica e solicitou ao diretor jurídico que encaminhasse o assunto.

Iniciando sua fala o diretor jurídico relatou sobre o atual contrato existente, esclarecendo algumas cláusulas, entre elas a rescisão tácita desse instrumento. (**digitalizar cláusula**). Continuou o diretor jurídico dizendo que seria necessário enviar documento, já na sexta-feira, àquela assessoria informando-a da rescisão e solicitar os procedimentos que devem ser tomados pela mesma para a transição; em aparte o diretor João Batista solicitou ao diretor jurídico para levar o expediente informando e aproveitar o momento para agradecer a parceria que houve durante a existência contratual com aquela assessoria jurídica ora dispensada, no que foi prontamente atendido.

Nesse momento foi levantada a questão quanto a contraprestação da assessoria jurídica dispensada. já que se passaram dez dias do vencimento de sua prestação de serviço e esses dias deveriam ser pagos, o que representa 1/3 referente ao mês de julho, questão resolvida, os diretores, após discussão foram unânimes em que deveria se pagar.

Aos diretores que encontravam-se reunidos, foi lembrado da solenidade que estava acontecendo no Tribunal de Justiça para a assinatura do contrato com a Fundação Getúlio Vargas para a confecção do Plano de cargos carreira e vencimento, devido a esse momento os diretores decidiram pela ida de João Batista àquela corte para acompanhamento daquele evento, o qual retirou-se da reunião às 10h17m.

O diretor jurídico, a respeito do substabelecimento por parte da assessoria jurídica, valeu-se do art. 44 do CPC. Questionado sobre o prazo para a entrega de pastas em poder da assessoria jurídica e dos substabelecimentos e outros expediente atinentes ao caso, foi estabelecido pela diretoria um prazo de dez dias.

Exaurido esse assunto, o diretor jurídico, ainda com a palavra, apresentou os nomes dos advogados Delano Cruz e Márcio Cavalcante. Apresentado os nomes passou -se a discutir sobre a contratação de uma nova assessoria jurídica, o Sr. Presidente solicitou que o diretor jurídico procedesse com a apresentação, via “currículo”, dos pretensos contratados. Quanto ao advogado Delano Cruz, disse Rodrigo que o mesmo tem uma larga folha de serviços prestados na advocacia e é professor universitário. Quanto ao Dr. Márcio Cavalcante, Rodrigo falou que o mesmo já representou juridicamente os sindicatos dos Policiais Rodoviários Federal, Policiais Civis, Agentes Penitenciários e Náutico Atlético Cearense, ente outros. Após essa rápida apresentação o presidente Mauro Xavier indagou ao diretor Davi Brito, diretor financeiro substituído, quais as condições financeira da entidade, para poder contratar, respondeu Davi que dentro do que já se paga hoje a assessoria jurídica temos condições de contratar.

Após um breve relato da saúde financeira da entidade o presidente Mauro Xavier pediu mais prudência nos gastos para enxugar mais ainda a folha.

Com base na observação acima do presidente o diretor financeiro, Edmilson de Paula, propôs que se contratasse apenas um advogado, pelo menos por enquanto, nos seis primeiros meses, pois o diretor jurídico é pessoa de grande conhecimento jurídico e poderia dar uma contribuição muito grande nessa pasta; para isso propôs também, que o diretor financeiro ficasse com tempo disponível para administrar bem a pasta. Rodrigo pediu um aparte e disse que poderia abraçar a missão com um só advogado, por enquanto, mas necessário se faz à sua disposição total ao sindicato.

Acerca desse assunto o presidente interveio falando sobre a quantidade de disposições de diretores que tem direito o sindicato. Inicialmente seria o afastamento do próprio presidente e do diretor de formação sindical, Dr. João Batista, devido a sua função na diretoria, não mais importante que as demais, mas necessário se faz para melhor desenvolver seu trabalho. Ficou, no entanto decidido, que a diretoria realizará esforço concentrado no sentido de conseguir mais uma disposição e que seria do diretor jurídico. Continuou o presidente, e falou da importância da Fojebra para seus afiliados dizendo que essa entidade tem os seus representantes espalhados pelo Brasil inteiro e a vaga de vice-presidente é do Ceará, representada pela companheira Sheyla Maria Araújo Rodrigues e que a mesma necessita de tempo disponível para melhor representar aquela entidade, em face disso deve a Fojebra solicitar o afastamento das funções da companheira acima nominada.

Ainda sobre a assessoria jurídica, o diretor de patrimônio, Raimundo Nonato Filomeno, interveio para apresentar o nome do Dr. Clodoaldo, o qual presta serviços para Têxtil Bezerra de Menezes.

Após a discussão sobre a contratação da assessoria jurídica para o Sindicato, passou-se a decisão: ficou decidido que seria contratado o Dr. Márcio Cavalcante pela quantia mensal de 03 (três) salários mínimos, onde os encargos sociais do INSS, 20% (vinte por cento), ficaria a cargo da contratante e os 11% (onze por cento) por conta do contratado e em consequência da contratação de apenas um advogado seria conseguida a liberação das funções, do diretor jurídico. Nesse diapasão ficou decidido também que quando for necessário o deslocamento da assessoria jurídica para a interveniência em qualquer lide para defender os sindicalizados do Sincojust ou a própria entidade, seria ofertada ao Dr. Clodoaldo a oportunidade de atuar na demanda de acordo com as cláusulas contratuais de deslocamento feito com o Dr. Márcio.

Encerrado esse assunto, o presidente Mauro Xavier comentou da preocupação que o invade sobre a maneira amadora com que se trata a divulgação das notícias do sindicato e propôs a contratação de um profissional da área de comunicação para apresentar e materializar um projeto

para a entidade, esse assunto ficou em aberto para ser abordado em uma próxima reunião. Em seguida com a palavra o diretor Filomeno comentou dizendo ser a favor da contratação de um profissional dessa área para prestar serviço junto ao sindicato, mas pediu cautela para não adentrar muito na receita da entidade, propondo que seja retirado o valor dos 30% (trinta por cento) destinado às delegacias, qual percentual deveria ser repassado após critérios de distribuição elaborado pela Diretoria; contabilizados os gastos fixos o restante seria para investimentos e contratações. Continuando, Filomeno propôs criar meios para aumentar a receita do sindicato, colocando-se à disposição para ir conseguir patrocínio e agregar receita para a entidade.

Voltando a palavra à presidência dos trabalhos, o presidente Mauro Xavier comentou sobre a necessidade de reformulação do sítio do sindicato, tal projeto de reformulação deverá está sendo apresentado à diretoria em um curto espaço de tempo. Continuando com a palavra o presidente chamou à atenção para a Ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo governo do Paraná contra decisão do Conselho Nacional de Justiça em recomendar aos Estados o nível superior para a investidura no cargo de Oficial de Justiça. Este assunto foi trazido à baila pela sua delicadeza e interesse geral com relação à categoria e porque a Fojebra habilitou-se como “*Amicus Curiae*” na demanda e foi contratado o escritório de advocacia do Dr. Rudhe Cassel por R\$ 15.000,00 (quinze mil) reais e que o Presidente da Fojebra solicitou as entidades filiadas aquela entidade para que contribuíssem com R\$ 1.000,00 ( mil) reais cada, sendo R\$ 500,00 (quinhentos) reais no momento do protocolo da ação e o restante no julgamento favorável ao demandante. A proposta foi discutida e aprovada por unanimidade dos diretores presentes.

Após a aprovação dessa matéria pronunciou-se a companheira Sheiyla dizendo da importância e necessidade das entidades participarem desse momento, pois se a Adin proposta por aquele Estado se for julgada contra os interesses da categoria dos Oficiais isso poderá se alastrar por outras unidades da Federação.

O diretor Filomeno pediu a palavra e propôs ao presidente que adotasse, para a realização das despesas do sindicato, o cartão corporativo, pois com esse mecanismo teria-se um maior controle sobre os gastos da entidade e com isso também acumulava-se milhas aéreas. O Presidente Mauro Xavier determinou ao diretor de finanças que aprofundasse a proposta para ver a viabilidade de se implantar.

O presidente Mauro voltou a pronunciar-se e falou da verba estatutária destinada às delegacias, disse que isso e outros textos já incluídos no estatuto remetem a uma reforma estatutária, pois algumas determinações que estão contidas na carta social do Sincojust inviabilizam a uma administração moderna e eficaz, nesse momento solicitou que se elege-se uma comissão para preparar proposta de reforma estatutária. Após discussão e votação ficou

criada a comissão com os seguintes membros: Iraguassu Filho, Mendonça, Edmilson de Paula, João Batista, Davi Brito e Raimundo Filomeno.

A diretoria decidiu que o Sindicato indicará três nomes para que fiquem à disposição do Sindicato, esse documento será fundamentado pelo diretor jurídico da entidade. Ficou ainda decidido que se o presidente da Fojebra solicitar o afastamento da vice-presidente dessa entidade, Sheyla Maria, das atribuições do seu ofício, o Sincojust referendará e dará seguimento do expediente às autoridades competentes.

Encerrado esse assunto o primeiro secretário solicitou para discutir sobre a ajuda no pagamento da demanda jurídica que a Fojebra habilitou-se como “*Amicus Curiae*”; disse Mendonça: já votei a favor, mas necessário se faz a publicação de uma nota esclarecendo o assunto para a categoria. A proposta foi aceita por toda diretoria e ficou decidido que o diretor Davi Brito confeccionaria a respectiva nota para devida publicação.

Dando continuidade a reunião o presidente Mauro Xavier solicitou ao setor financeiro que apresente na próxima reunião o ativo, o passivo e as despesas fixas do Sincojust. Ainda o presidente, este lançou ao grupo a discussão do que vamos fazer para fortalecer a greve; o diretor Vagner Venâncio pediu a palavra e disse que devemos mostrar a sociedade, com mais ênfase, o que está acontecendo, reportando-se ao geral e ao específico. Em aparte, o diretor Edmilson de Paula informou que membros do CNJ estariam em Fortaleza para uma correição e também que havia sido editada uma Portaria sobrestando as férias regulamentares dos juízes que estão em gozo e que os membros daquele Conselho estariam, a partir do dia 15 do ano e mês em curso, em atividade na Vara das Execuções Criminais.

A diretoria decidiu que fosse confeccionada uma nota aberta à sociedade mostrando a atual situação do judiciário e o porquê do movimento paredista dos servidores do judiciário.

Antes do final dessa reunião o Presidente solicitou ao Secretário que apresentasse um resumo do que ficou decidido, prontamente foi atendido, eis o que segue: **diretores financeiro, substituído e substituinte, apresentar situação financeira na próxima reunião; reunião ordinária toda primeira terça-feira de cada mês, às 14h00; durante a greve reunião extraordinária todas às terças-feira às 14h00; contratação do Dr. Márcio Cavalcante para a assessoria jurídica; autorização do repasse financeiro para pagamento da assessoria jurídica na Adin onde a Fojebra habilitou-se como “*Amicus Curiae*”; confecção de nota de esclarecimento aos sindicalizados, esclarecendo o porquê da ajuda financeira à Fojebra; nota de esclarecimento à sociedade sobre o movimento paredista.** Nada mais havendo a tratar declarou o presidente encerrado os trabalhos da presente reunião lavrando-se a presente ata, contendo seis laudas, a qual lida e aprovada vai assinada. Data supra.

---

Mauro Xavier de Sousa  
Presidente

---

José Iraguassú Teixeira Filho  
Vice- Presidente

---

Francisco José de Mendonça  
1º secretário

---

Frank Oliveira Rodrigues  
2º secretário

---

João Batista Fernandes de Sousa  
Dir. de formação sindical

---

Davi Brito Gomes Pinto  
Dir. de cultura, esporte e lazer

---

Francisco Vagner Lima Venâncio  
Dir. de mobilização, divulgação e imprensa

---

Raimundo Nonato Filomeno  
Dir. de patrimônio

---

Rodrigo Moreira do Nascimento  
dir. Jurídico

---

Francisco Dutra Rocha  
dir. dos aposentados e pensionista

---

José Edmilson Silva de Paula  
dir. financeiro

---

Augusto César da Silva Rodrigues  
vice diretor de finanças